

Relatório expõe dificuldades nos futuros apoios europeus

SECRETÁRIO REGIONAL ADMITE “EFEITOS POTENCIALMENTE BASTANTE DANOSOS”

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnoticias.pt

A proposta da Comissão Europeia para o Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 poderá acarretar “efeitos potencialmente bastante danosos” para a Madeira, declarou, ontem, no parlamento, o secretário regional das Finanças, Duarte Freitas, que alertou para o “risco evidente” da recentralização das decisões dos estados-membros.

O reconhecimento das dificuldades na negociação dos futuros fundos foi feito no debate do relatório anual “A Região Autónoma da Madeira na União Europeia”. Todos os anos este documento, elaborado pela Direcção Regional dos Assuntos Europeus, faz um resumo do relacionamento com as instituições e da política europeia. O relatório de 2025 é o mais extenso de sempre (343 páginas). Traz diversos alertas.

O tema que domina o relatório de 2025, que ocupará a agenda da Região nos próximos anos, é a negociação do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, que



Secretário assumiu “contexto desafiante” no aproveitamento dos fundos e dificuldade na construção de infraestruturas.

cobrirá o período de 2028 a 2034. Em meados do ano passado, a Comissão Europeia apresentou as suas propostas, prevendo um orçamento de 1,98 biliões de euros, o maior de sempre, equivalente a 1,26% do Rendimento Nacional Bruto da UE. O que mais preocupa a Madeira não é o valor global, é antes a arquitectura proposta. A Comissão quer fun-

dir, num único “Plano Nacional e Regional de Parceria” por país, os fundos de coesão, a agricultura, as pescas, o emprego e outras áreas. Na prática, isso significaria que Lisboa (e não Bruxelas directamente) passaria a ter mais poder sobre a distribuição dos fundos regionais. Uma “recentralização” que a Madeira, à semelhança de outras regiões

europeias, rejeita com veemência. Ainda antes de as propostas serem publicadas, o Governo Regional aprovou, em Maio de 2025 uma resolução, definindo as suas ‘linhas vermelhas’ para a negociação: inclusão automática das regiões ultraperiféricas no grupo das “regiões menos desenvolvidas, independentemente do seu PIB per capita; ma-

nutenção da governação multinível (com negociação directa entre as regiões e Bruxelas), e salvaguarda integral das verbas actuais.

Além disto, em 2025 arrancaram os trabalhos de revisão da Estratégia da União Europeia para as Regiões Ultraperiféricas, a apresentar em 2026. A grande diferença em relação às estratégias anteriores é que, desta vez, a Comissão comprometeu-se a acompanhá-la de uma proposta legislativa com derrogações concretas ao Direito da União, com regras especiais, adaptadas à realidade insular e ultraperiférica.

No sector das pescas, o relatório regista um avanço concreto. Em Março de 2025, a Comissão Europeia confirmou o equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca de embarcações entre 12 e 18 metros, segmento onde se concentra a maioria das embarcações que pescam peixe-espada preto, o que desbloqueou o regime de auxílios à renovação da frota que estava suspenso. Mantém-se, porém, um obstáculo técnico, pois os armadores madeirenses não conseguem encomendar novas embarcações que cumpram simultaneamente as normas legais europeias e as especificações necessárias para operar neste segmento. A Madeira pede a Bruxelas uma derrogação específica que permita a renovação da frota sem as limitações actuais de arcação e potência.